

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Boavista"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, o Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 103,3 milhões, correspondente a R\$ 40,22 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 2,4 bilhões e Ativos Totais de R\$ 2,4 bilhões.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE	757.063	220.924	CIRCULANTE	24.537	196.598
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	2	DEPÓSITOS (Nota 9a)	-	170.381
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	558.039	25.612	Depósitos Interfinanceiros	-	170.381
Aplicações no Mercado Aberto	19.878	25.612	OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.537	26.217
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	538.161	-	Sociais e Estatutárias (Nota 12c)	981	1.119
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	8.116	10.394	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	20.980	22.583
Carteira Própria	-	-	Diversas (Nota 11b)	2.576	2.515
Vinculados à Prestação de Garantias	8.116	8.917			
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	50			
Transferências Internas de Recursos	-	50			
OUTROS CRÉDITOS	190.906	184.866	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	47.902	75.731
Rendas a Receber (Nota 7a)	158.332	157.280	OUTRAS OBRIGAÇÕES	47.902	75.731
Diversos (Nota 7b)	32.574	27.586	Fiscais e Estatutárias (Nota 11a)	36.945	61.953
Diversos (Nota 7b)	473.782	599.646	Diversas (Nota 11b)	10.957	13.778
OUTROS CRÉDITOS	473.782	599.646			
Diversos (Nota 7b)	473.782	599.646			
PERMANENTE	1.214.667	1.723.114	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.373.073	2.271.355
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1.214.667	1.723.114	Capital:		
Participações em Coligadas e Controladas:			- De Domiciliados no País (Nota 12a)	1.350.000	1.350.000
- No País	1.209.560	1.718.007	Reservas de Lucros (Nota 12b)	1.023.150	920.803
Outros Investimentos	21.559	25.872	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(77)	552
Provisões para Perdas	(16.452)	(20.765)			
TOTAL	2.445.512	2.543.684	TOTAL	2.445.512	2.543.684

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	42.578	46.100	53.444
Operações de Crédito	181	250	228
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	42.397	45.850	53.216
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.577	14.756	348
Operações de Captações no Mercado (Nota 9b)	4.577	14.756	381
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(33)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	38.001	31.344	53.096
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	41.541	71.584	78.583
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(7.513)	(11.639)	(11.349)
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(12.563)	(31.604)	(5.078)
Despesas Tributárias (Nota 15)	(3.462)	(4.253)	(3.230)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	59.475	136.193	108.922
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	36.091	55.801	12.371
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(30.487)	(72.914)	(23.053)
RESULTADO OPERACIONAL	79.542	102.928	131.679
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18)	5	5	13
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	79.547	102.933	131.692
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	(10.907)	395	(13.898)
LUCRO LÍQUIDO	68.640	103.328	117.794
Número de ações (Nota 12a)	2.569.275,469	2.569.275,469	2.569.275,469
Lucro por lote de mil ações em R\$	26,72	40,22	45,85

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	79.547	102.933	131.692
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(56.105)	(102.494)	(102.768)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(59.475)	(136.193)	(108.922)
Reversão de Provisão para Perdas de Ativos	-	(4.313)	-
Amortizações de Ágio	8.151	16.302	1.358
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(33)
(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	195	(8.003)	4.843
Reversão de Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	-	-	(16)
Perda na Venda de Investimentos	4.308	4.308	2
Varição Cambial/Outros Provisões	(4.971)	25.405	-
Lucro Líquido/Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	23.442	439	28.924
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	84.045	(538.161)	758.030
Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	728	2.278	3.000
Redução em Relações Interdependências	-	50	931
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(5.810)	107.254	(161.910)
Redução em Operações de Crédito	-	-	335
Redução em Depósitos	(80.559)	(170.381)	-
Redução em Outras Obrigações	(7.863)	(21.030)	(18.742)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.327)	(11.341)	(14.742)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	6.656	(630.892)	595.826
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Investimentos	-	-	(95.233)
Redução de Capital em Dinheiro de Investida	-	216.755	-
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	-	13
Alienação de Investimentos	5	5	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Controladas	-	409.517	5.742
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	5	626.277	(89.478)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	-	(1.119)	(501.229)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(1.119)	(501.229)
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.661	(5.734)	5.119
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	13.219	25.614	20.495
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	19.880	19.880	25.614
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.661	(5.734)	5.119

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldo em 30.6.2015	1.350.000	59.539	895.623	464	-	2.305.626
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(541)	-	(541)
Lucro Líquido	-	-	-	-	68.640	68.640
Destinações: - Reservas	-	3.432	64.556	-	(67.988)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(652)	(652)
Saldo em 31.12.2015	1.350.000	62.971	960.179	(77)	-	2.373.073
Saldo em 31.12.2013	1.300.000	51.915	1.302.213	352	-	2.654.480
Aumento de Capital com Reservas	50.000	-	(50.000)	-	-	-
Dividendos Declarados	-	-	(500.000)	-	-	(500.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	200	-	200
Lucro Líquido	-	-	-	-	117.794	117.794
Destinações: - Reservas	-	5.890	110.785	-	(116.675)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.119)	(1.119)
Saldo em 31.12.2014	1.350.000	57.805	862.998	552	-	2.271.355
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(629)	-	(629)
Lucro Líquido	-	-	-	-	103.328	103.328
Destinações: - Reservas	-	5.166	97.181	-	(102.347)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(981)	(981)
Saldo em 31.12.2015	1.350.000	62.971	960.179	(77)	-	2.373.073

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015	%	2015	2014	2014	%
1 - RECEITAS	48.187	53,2	28.992	24,4	42.808	29,2
1.1) Intermédiação Financeira	42.578	47,0	46.100	38,8	53.444	36,5
1.2) Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	33	-
1.3) Outras	5.609	6,2	(17.108)	(14,4)	(10.669)	(7,3)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.577)	(5,1)	(14.756)	(12,4)	(381)	(0,3)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4.412)	(4,8)	(15.302)	(12,9)	(3.720)	(2,5)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(60)	(0,1)	(160)	(0,1)	(218)	(0,1)
Serviços Técnicos Especializados	(4.291)	(4,7)	(15.042)	(12,8)	(3.358)	(2,3)
Processamento de Dados	-	-	(3)	-	(5)	-
Comunicação	(3)	-	(5)	-	(8)	-
Transporte	(2)	-	(6)	-	(31)	-
Serviços do Sistema Financeiro	(7)	-	(17)	-	(15)	-
Outros	(49)	-	(69)	-	(85)	(0,1)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	39.198	43,3	(1.066)	(0,9)	38.707	26,4
5 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(8.151)	(9,0)	(16.302)	(13,7)	(1.358)	(0,9)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	31.047	34,3	(17.368)	(14,6)	37.349	25,5
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	59.475	65,7	136.193	114,6	108.922	74,5
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	59.475	65,7	136.193	114,6	108.922	74,5
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	90.522	100,0	118.825	100,0	146.271	100,0
9 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO	90.522	100,0	118.825	100,0	146.271	100,0
9.1) Pessoal	6.604	7,3	10.447	8,8	10.179	6,9
Proventos	4.042	4,5	5.302	4,5	5.198	3,5
Benefícios	2.562	2,8	5.145	4,3	4.981	3,4
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	15.278	16,9	5.050	4,2	18.298	12,5
Federais	15.278	16,9	5.050	4,2	18.298	12,5
9.3) Remuneração de Capitais Próprios	68.640	75,8	103.328	87,0	117.794	80,6
Dividendos	652	0,7	981	0,8	1.119	0,8
Lucros Retidos	67.988	75,1	102.347	86,2	116.675	79,8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Boavista" ou "Instituição") é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; o fluxo de valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos adicionalmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Em decorrência da alteração da alíquota, o Boavista constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

g) Investimentos
Os investimentos em controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (1)	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2015	2014	2015	2014
Tibre Holdings Ltda.	250.000	502.131	-	250.000	100.000000	51.369	502.131	451.250	51.369	25.850
Embaúba Holdings Ltda. (2)	326.000	415.466	-	271.777	83.367176	76.878	346.362	907.478	64.091	71.273
Banco Bradesco BBI S.A. (3)	4.537.929	7.025.581	68.316	-	1.445.063	805.473	101.524	92.393	11.687	4.154
Banco Bradesco BBI S.A. - Ágio (3)	-	-	-	-	-	-	145.351	161.652	-	-
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	1.028.459	1.549.485	31.268	-	7.266.302	117.422	112.590	104.139	8.532	7.213
Caeté Holdings Ltda.	272.600	750.139	-	37	0.201236	242.793	1.510	1.029	489	430
Marselha Holdings Ltda.	257.300	635.296	-	57	0.014534	171.484	92	66	25	2
Total							1.209.560	1.718.007	136.193	108.922

(1) Investimentos com participações inferiores a 20%, entretanto foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial por serem as investidas integralmente controladas pela Organização Bradesco;
(2) Investimento teve redução de capital social em 19.6.2015; e
(3) O ágio apurado na aquisição de investimento totalizou R\$ 145.351 mil (2014 - R\$ 161.652 mil), líquido das amortizações acumuladas, por rentabilidade futura, que é amortizado em até 10 anos.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Ações e cotas (1)	5.411	9.724
Títulos patrimoniais	42	42
Outros investimentos	1.547	1.547
Subtotal	21.559	25.872
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em ações e cotas (1)	(5.411)	(9.724)
Provisão para perdas em outros investimentos	(509)	(509)
Subtotal	(16.452)	(20.765)
Total	5.107	5.107

(1) Variações referem-se às baixas do investimento e da respectiva provisão para perdas na empresa Latosol Empreendimentos e Participações Ltda. - Em Liquidação, nos montantes de R\$ 4.313 mil.

9) DEPÓSITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	91 a 180 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	-	-	170.381
Total em 2015	-	-	170.381
Total em 2014	-	170.381	170.381

b) Despesas com depósitos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Depósitos interfinanceiros	14.756	381
Total	14.756	381

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) **Ativos contingentes**
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) **Provisões classificadas como provisões de natureza civil e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - **Processos civis**
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são avaliadas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

II - **Obrigações legais - provisão para riscos fiscais**
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício	13.777	13.939
Constituições líquidas de reversões e baixas	(1.779)	(8.028)
Atualização monetária	1.444	360
Pagamentos	(2.485)	-
Saldo no final do exercício de 2015 (Nota 11)	10.957	6.271

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

As provisões referentes às ações judiciais do Banco Boavista são consideradas de longo prazo devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições a recolher (1)	47.508	65.258
Provisões fiscais (Nota 10b)	6.271	13.939
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.148	4.628
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 20c)	998	711
Total	57.925	84.536

(1) Inclui R\$ 46.749 mil (2014 - R\$ 64.823 mil), referente ao PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (Nota 21a).

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões cíveis (Nota 10b - III)	10.957	13.777
Provisões para pagamentos a efetuar	1.647	1.995
Credores diversos - país	813	-
Outras	116	521
Total	13.533	16.293

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
O Capital social no montante de R\$ 1.350.000 mil (2014 - R\$ 1.350.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.569.275.469 ações ordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal.

b) **Reservas de lucros**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	1.023.150	920.803
- Reserva legal (1)	62.971	57.805
- Reserva estatutária (2)	960.179	862.998
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e		
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.		

c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio**
Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermedíários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermedíários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	103.328	117.794
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(5.166)	(5.890)
Base de cálculo	98.162	111.904
Dividendos propostos	981	1.119
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,38	0,44

13) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos	5.302	5.198
Benefícios	5.145	4.981
Encargos sociais	1.192	1.170
Total	11.639	11.349

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Amortização de ágio	16.302	1.358
Serviços técnicos especializados	15.042	3.358
Propaganda, promoções e publicidade	160	218
Contribuições filantrópicas	24	-
Serviços do sistema financeiro	17	15
Transporte	6	31
Comunicação	5	8
Outras	48	9
Total	31.604	5.078

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS	3.201	2.757
Contribuição ao PIS	520	448
Impostos e taxas (1)	532	25
Total	4.253	3.230

(1) Inclui despesas com IOF.

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Outras receitas financeiras (1)	46.024	12.292
Reversão de provisões operacionais	8.604	77
Outras	1.173	2
Total	55.801	12.371

(1) Inclui R\$ 28.633 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b).

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões operacionais (1)	54.038	-
Outras despesas financeiras	17.836	17.073
Indenizações pagas	397	-
Provisões cíveis	206	4.616
Patrocínio de caráter cultural	90	-
Doações	-	1.125
Outras	347	239
Total	72.914	23.053

(1) Provisão para valores a receber de liquidação duvidosa (Nota 7b).

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos (1)	(4.308)	(2)
Reversão de provisões não operacionais (2)	4.313	15
Total	5	13

(1) Em 2015, compreende, substancialmente, ao prejuízo apurado na baixa do investimento na empresa Latosol Empreendimentos e Participações Ltda. - Em Liquidação; e
(2) Em 2015, variação refere-se à reversão de provisão para perdas do investimento na empresa Latosol Empreendimentos e Participações Ltda. - Em Liquidação.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações em depósitos interfinanceiros:		
Banco Bradesco S.A.	538.161	-
Aplicações no mercado aberto:		
Banco Bradesco S.A.	19.878	25.612
Captações em depósitos interfinanceiros:		
Banco Bradesco S.A.	-	(170.381)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio:		
Banco Bradesco S.A.	(981)	(1.119)
Banco Bradesco BBI S.A.	6.264	4.790
Embaúba Holdings Ltda.	-	677
Tibre Holdings Ltda.	151.982	151.740
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	81	68
Outras	5	5

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar de Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.500 mil (2014 - R\$ 5.500 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.500 mil (2014 - R\$ 5.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos	5.302	5.198
Contribuição ao INSS	1.192	1.170
Total	6.494	6.368

Benefícios pós-emprego

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida	5.145	4.981
Total	5.145	4.981

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento baseado em Ações, aprovado pela resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

A Instituição em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos aos respectivos:
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos beneficiários e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	102.933	131.692
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(46.320)	(52.677)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	61.287	41.315
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(4.379)	(4.889)
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2)	1.884	-
Juros sobre o capital próprio recebidos	(1.151)	-
Outros valores (3)	(10.926)	2.353
Imposto de renda e contribuição social do exercício	395	(13.898)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;
(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e
(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; (ii) ajuste de exercícios anteriores; e (iii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(11.003)	(10.234)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	13.671	1.414
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(1.858)	(1.823)
Prejuízo fiscal	(2.399)	(3.255)
Ativação de crédito tributário - Lei nº 13.169/15:		
Base negativa de contribuição social	79	-
Adições temporárias	1.905	-
Total dos impostos diferidos	11.398	(3.664)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	395	(13.898)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Contribuição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2015
Provisões fiscais	6.538	649	2.357	4.830
Provisões fiscais	4.825	374	2.461	2.738
Provisão para desvalorização de bens e investimentos	1.438	4.670	-	6.108
Provisão para desvalorização de títulos não de uso	27	2	-	29
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	-	1	-
Ágio amortizado	543	6.880	-	7.423
Outros	1.792	9.058	1.238	9.612
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	15.164	21.633	6.057	30.740
Prejuízo fiscal e base negativa	6.220	79	4.257	2.042
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	21.384	21.712	10.314	32.782
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	711	998	711	998
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	20.673	20.714	9.603	31.784

(1) Inclui o montante de R\$ 1.984 mil, relativo à majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias e base negativa previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
2016	3.714	2.082	-	5.796
2017	4.824	2.876		

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 18 de março de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3